

Article 10

The Parties shall promote the development of contacts between researchers and experts from both countries in the fields of the protection and conservation of cultural and architectural assets and movable cultural items by encouraging direct contact between the institutions that are responsible for these areas in each of the two countries.

Article 11

With a view to the protection of each country's national heritage, both Parties shall take appropriate measures designed both to prevent illegal exports of movable cultural items and to ensure their return to their country of origin in the event that they are illegally exported. The Parties shall implement the international recommendations concerning the circulation of cultural items, particularly those issued by UNESCO and the Council of Europe.

Article 12

The Parties shall promote the enlargement of co-operation between the two countries' cultural institutions with a view to establishing an exchange of information from databases of a cultural nature that are network-accessible for its dissemination.

Article 13

The Parties shall encourage co-operation between governmental and non-governmental sporting organisations by promoting exchanges at the level of sporting events and sports training.

Article 14

The Parties agree to promote improved mutual knowledge in the youth field via the exchange of information and other documentation concerning the two countries' youth policies.

The Parties also express their interest in encouraging co-operation between the two countries' youth organisations and institutions.

Article 15

The Parties shall encourage direct co-operation between those of the two countries' entities that possess responsibilities in the media sector, especially those which pursue public service missions in the press, radio and television fields.

Article 16

With a view to achieving the objectives of this Agreement, The Parties shall constitute a Joint-Commission that shall be charged with drawing up exchange and co-operation programmes and agreeing the financial conditions required to implement them.

In the event that it is considered necessary for it to do so, the Joint-Commission shall meet alternately in Portugal and Ukraine at such intervals and on such dates as the Parties may agree via diplomatic channels.

Article 17

This Agreement shall not in any way prejudice the rights and obligations created under the terms of existing or future bilateral or multilateral agreements and shall

not affect those of the Parties' rights or obligations that are derived from any agreements or treaties to which they may become a Party.

Article 18

1 — This Agreement shall take effect on the date of the last notification that the constitutional formalities required for it to do so in each Party's country have been complied with.

2 — This Agreement shall remain in effect for a period of five years. Following this it shall be automatically renewed for successive five year periods, unless either of the Parties terminates it by written notice sent through diplomatic channels at least six months prior to the expiry of the then current period.

Article 19

In the event that either Party should terminate this Agreement, under the terms of this article, any exchange programme, understanding or project that is based on the provisions of this Agreement and is then under way shall remain valid until its conclusion.

In witness whereof, the undersigned, who are properly authorised to do so, do sign this Agreement.

Committed to paper in the form of two originals written in the Portuguese, Ukrainian and English languages in Lisbon, on the twenty fifth day of November in the year two thousand. All three texts shall be equally valid, but in the event of any difference of interpretation, the version in the English language shall prevail.

For and on behalf of the Portuguese Republic:

Jaime José Matos da Gama.

For and on behalf of Ukraine:

V. Kremen.

Decreto n.º 36/2001

de 14 de Setembro

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo aprova o Acordo de Cooperação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Federação da Rússia no Domínio do Combate à Criminalidade, assinado em Moscovo em 29 de Maio de 2000, cujas cópias autenticadas nas línguas portuguesa e russa seguem em anexo.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 12 de Julho de 2001. — *António Manuel de Oliveira Guterres* — *Jaime José Matos da Gama* — *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira* — *António Luís Santos Costa.*

Assinado em 23 de Agosto de 2001.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 30 de Agosto de 2001.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres.*

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA E O GOVERNO DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA NO DOMÍNIO DO COMBATE À CRIMINALIDADE.

O Governo da República Portuguesa e o Governo da Federação da Rússia, adiante designados como Partes:

Manifestando a preocupação com o aumento da criminalidade organizada, especialmente de dimensão transnacional;

Reconhecendo a importância do reforço e desenvolvimento da cooperação no combate à criminalidade;

Considerando que essa cooperação tem de ser realizada da maneira mais eficaz, dentro do respeito dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, tal como constam dos instrumentos jurídicos internacionais relevantes na matéria;

Tomando em consideração os objectivos e princípios dos acordos internacionais em que são Partes, bem como as resoluções da Organização das Nações Unidas e das suas instituições especializadas em matéria de combate à criminalidade;

Desejando contribuir para o desenvolvimento das relações bilaterais com base no Tratado de Amizade e Cooperação entre Portugal e a Federação da Rússia, de 22 de Julho de 1994;

acordaram no seguinte:

Artigo 1.º

1 — As Partes cooperam, em conformidade com a respectiva legislação interna e com o presente Acordo, no âmbito da prevenção, detecção e repressão da criminalidade, especialmente nas suas formas organizadas, através da colaboração entre os órgãos competentes de cada uma das Partes.

2 — Para o efeito, as Partes cooperam no combate à criminalidade, nomeadamente nas seguintes áreas:

- a) Tráfico ilícito de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, bem como dos seus precursores;
- b) Branqueamento de bens e produtos resultantes de actividades criminosas;
- c) Tráfico e utilização ilícitos de substâncias nucleares e radioactivas, de substâncias explosivas e tóxicas, de armas e munições;
- d) Crimes de terrorismo e de associação terrorista;
- e) Migração ilegal, incluindo a utilização fraudulenta de documentos de identidade e de viagem;
- f) Tráfico de pessoas, exploração da prostituição por terceiros e, em particular, exploração sexual de menores;
- g) Furto, tráfico e viciação de elementos de identificação de veículos automóveis;
- h) Tráfico ilícito de bens culturais ou históricos;
- i) Corrupção, criminalidade económico-financeira e contrafacção de marcas e patentes;
- j) Crimes fiscais.

3 — O presente Acordo não abrange a matéria de extradição nem a de auxílio judiciário mútuo em matéria penal.

Artigo 2.º

1 — O auxílio que as Partes mutuamente se prestam efectiva-se:

- a) Pela troca de informações de carácter operacional e jurídico, localização e identificação de pessoas e de objectos e assistência na execução de acções policiais;
- b) Pela formação técnico-profissional de funcionários dos órgãos competentes das duas Partes;
- c) Pelo intercâmbio de experiências e de especialistas;
- d) Pela troca de informações analíticas sobre a génese, o desenvolvimento e as previsíveis consequências dos fenómenos criminais.

2 — As Partes podem estabelecer outras modalidades de cooperação que se mostrem adequadas à realização dos objectivos do presente Acordo.

Artigo 3.º

1 — A aplicação do presente Acordo tem lugar através dos órgãos competentes a seguir indicados:

Da parte da República Portuguesa:

Procuradoria-Geral da República;
Polícia Judiciária;
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
Serviço de Informações de Segurança;

Da parte da Federação da Rússia:

Procuradoria-Geral da Federação da Rússia;
Ministério do Interior da Federação da Rússia;
Serviço Federal de Segurança da Federação da Rússia;
Comité Estatal das Alfândegas da Federação da Rússia;
Serviços Federal da Guarda de Fronteiras da Federação da Rússia;
Serviço Federal da Polícia Fiscal da Federação da Rússia.

2 — Os órgãos competentes de ambas as Partes podem criar grupos de trabalho, promover reuniões de peritos e negociar os respectivos protocolos, com vista a dar cumprimento ao presente Acordo.

Artigo 4.º

1 — O pedido de auxílio deve indicar:

- a) A entidade que o formula;
- b) A entidade a quem é dirigido;
- c) O objecto do pedido;
- d) A finalidade do pedido;
- e) Qualquer outra informação que facilite o cumprimento do pedido.

2 — O pedido deve ser cumprido o mais rapidamente possível. Se a Parte requerida considerar que a informação contida no pedido não é suficiente para lhe dar cumprimento, pode solicitar o fornecimento de informações complementares.

3 — Os pedidos e as respostas são feitos por escrito, na língua acordada entre os órgãos competentes das duas Partes.

Em caso de urgência, os pedidos podem ser feitos oralmente, desde que imediatamente confirmados por escrito.

4 — Se o cumprimento do requerido não lhe competir, a entidade que receber o pedido deverá transmiti-lo à entidade competente avisando previamente o órgão competente da Parte requerente.

Artigo 5.º

1 — O pedido pode ser recusado, caso a Parte requerida considere que o seu cumprimento pode causar prejuízo à soberania ou à segurança do país ou que é contrário ao seu direito ou a interesses fundamentais do Estado.

2 — A recusa do pedido deve ser fundamentada.

Artigo 6.º

1 — A Parte requerida, na medida em que tal lhe for solicitado, mantém a confidencialidade do pedido de auxílio, do seu conteúdo e dos documentos de apoio.

2 — A Parte requerente não utilizará para fins diferentes dos constantes do pedido as informações e demais elementos obtidos em resultado deste, sem prévio consentimento da Parte requerida.

Artigo 7.º

Em matéria relativa à protecção de dados de natureza pessoal, as Partes comprometem-se a prestar reciprocamente cooperação nos termos e com as limitações decorrentes das disposições nacionais ou internacionais em vigor nesta matéria.

Artigo 8.º

1 — A Parte requerida suporta as despesas ocasionadas no seu território com o cumprimento do pedido, à excepção das relacionadas com deslocações dos representantes da Parte requerente.

2 — As despesas extraordinárias podem ser objecto de acordo especial entre as Partes.

3 — A deslocação de representantes da Parte requerente depende de prévia autorização da entidade competente da Parte requerida.

Artigo 9.º

Os órgãos competentes das Partes efectuarão consultas regulares para avaliar o grau de cumprimento do presente Acordo.

Artigo 10.º

As Partes podem introduzir alterações ao presente Acordo, por consentimento recíproco, através da troca de notas diplomáticas.

Artigo 11.º

1 — O presente Acordo entrará em vigor 30 dias após a data da última notificação, pelos canais diplomáticos, relativa à observância das formalidades legais.

2 — Qualquer das Partes pode denunciar o Acordo, por escrito, através dos canais diplomáticos, o qual cessará no prazo de seis meses a contar da recepção da notificação.

Feito em Moscovo em 29 de Maio de 2000, em dois exemplares, cada um nas línguas portuguesa e russa, fazendo ambos os textos igualmente fé.

Pelo Governo da República Portuguesa:

Jaime José Matos da Gama.

Pelo Governo da Federação da Rússia:

Igor Ivanov.

СОГЛАШЕНИЕ

о сотрудничестве между Правительством Португальской Республики и Правительством Российской Федерации в области борьбы с преступностью

Правительство Португальской Республики и Правительство Российской Федерации, именуемые в дальнейшем Сторонами,

выражая озабоченность ростом организованной преступности, особенно в ее транснациональном измерении,

признавая важность укрепления и развития сотрудничества в борьбе с преступностью,

учитывая, что это сотрудничество должно осуществляться наиболее эффективным образом при уважении прав человека и основных свобод, как они закреплены в соответствующих международно-правовых инструментах,

принимая во внимание цели и принципы международных договоров, участниками которых они являются, а также резолюции Организации Объединенных Наций и ее специализированных учреждений в области борьбы с преступностью,

стремясь на основе Договора о дружбе и сотрудничестве между Португалией и Российской Федерацией от 22 июля 1994 года способствовать развитию двусторонних отношений,

согласились о нижеследующем:

Статья 1

1. Стороны в соответствии с законодательством своих государств и настоящим Соглашением сотрудничают в предупреждении, выявлении и пресечении преступлений, особенно совершаемых в организованных формах, путем взаимодействия компетентных органов Сторон.

2. С этой целью Стороны сотрудничают в борьбе с преступностью, в частности, в следующих областях:

а) незаконный оборот наркотических средств и психотропных веществ, а также их прекурсоров;

б) отмывание доходов, полученных в результате преступной деятельности;

в) незаконный оборот и использование ядерных и радиоактивных материалов, взрывчатых и отравляющих веществ, оружия и боеприпасов;

г) терроризм и участие в террористических организациях;

д) незаконная миграция, включая незаконное использование документов, удостоверяющих личность, и просроченных документов;

е) торговля людьми, эксплуатация проституции третьими лицами и, в частности, использование лиц, не достигших совершеннолетия, в целях проституции;

ж) кража автотранспортных средств, их незаконный оборот и подделка элементов их идентификации;

з) незаконный оборот культурных или исторических ценностей;

и) коррупция, преступность в финансово-экономической сфере и подделка товарных знаков и патентов;

к) преступления в налоговой сфере.

3. Настоящее Соглашение не затрагивает вопросов оказания правовой помощи по уголовным делам и выдачи.

Статья 2

1. Стороны оказывают взаимное содействие в следующих формах:

а) обмен оперативной информацией и информацией правового характера, розыск и идентификация лиц и предметов, содействие в проведении оперативно-розыскных мероприятий;

б) профессионально-техническая подготовка сотрудников компетентных органов Сторон;

в) обмен опытом и специалистами;

г) обмен аналитической информацией о причинах, состоянии и тенденциях развития преступности.

2. Стороны могут осуществлять сотрудничество в других формах, которые соответствуют целям настоящего Соглашения.

Статья 3

1. Выполнение настоящего Соглашения осуществляется следующими компетентными органами:

со стороны Португальской Республики:

- Генеральная прокуратура Республики,
- Следственная полиция,
- Служба по делам иностранцев и границ,
- Служба информации безопасности;

со стороны Российской Федерации:

- Генеральная прокуратура Российской Федерации,
- Министерство внутренних дел Российской Федерации,
- Федеральная служба безопасности Российской Федерации,
- Государственный таможенный комитет Российской Федерации,
- Федеральная пограничная служба Российской Федерации,
- Федеральная служба налоговой полиции Российской Федерации.

2. Компетентные органы Сторон могут создавать рабочие группы, проводить встречи экспертов и вести переговоры о заключении соответствующих протоколов в целях выполнения настоящего Соглашения.

Статья 4

1. Запрос об оказании содействия должен содержать:

- а) наименование запрашивающего компетентного органа;
- б) наименование запрашиваемого компетентного органа;
- в) предмет запроса;

г) цель запроса;

д) любую иную информацию, которая может содействовать выполнению запроса.

2. Запрос должен быть исполнен в возможно короткий срок. Если запрашиваемая Сторона сочтет содержащуюся в запросе информацию недостаточной для его выполнения, она может обратиться за дополнительной информацией.

3. Запросы и ответы направляются в письменной форме на языке, согласованном между компетентными органами обеих Сторон.

В безотлагательных случаях запросы могут быть переданы устно при условии их незамедлительного подтверждения в письменной форме.

4. Если исполнение запроса не входит в компетенцию компетентного органа, получившего запрос, данный орган должен передать его соответствующему компетентному органу с учетом предварительного мнения компетентного органа запрашивающей Стороны.

Статья 5

1. В исполнении запроса может быть отказано, если запрашиваемая Сторона считает, что его исполнение может нанести ущерб суверенитету или безопасности, либо противоречит основам правовой системы или существенным интересам ее государства.

2. Отказ в исполнении запроса должен быть обоснован.

Статья 6

1. Запрашиваемая Сторона в случае соответствующей просьбы обеспечивает конфиденциальность запроса, его содержания и прилагаемых к нему документов.

2. Запрашивающая Сторона не может без предварительного согласия запрашиваемой Стороны использовать информацию и прочие полученные в результате запроса данные для иных целей, помимо тех, что указаны в запросе.

Статья 7

В области защиты сведений о физических лицах Стороны осуществляют сотрудничество на условиях и в рамках действующих в этой области норм внутреннего законодательства и международного права.

Статья 8

1. Запрашиваемая Сторона несет расходы по действиям на своей территории, связанным с исполнением запроса, за исключением расходов, связанных с поездками представителей запрашивающей Стороны.

2. Исключительные расходы являются предметом отдельных договоренностей Сторон.

3. Поездки представителей запрашивающей Стороны осуществляются с предварительного согласия соответствующего компетентного органа запрашиваемой Стороны.

Статья 9

Компетентные органы Сторон проводят регулярные консультации для оценки реализации настоящего Соглашения.

Статья 10

В настоящее Соглашение могут быть внесены изменения по взаимному согласию Сторон путем обмена дипломатическими нотами.

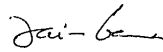
Статья 11

1. Настоящее Соглашение вступает в силу по истечении тридцати дней с даты последнего письменного уведомления по дипломатическим каналам о выполнении внутригосударственных процедур, необходимых для его вступления в силу.

2. Каждая из Сторон может прекратить действие настоящего Соглашения путем направления по дипломатическим каналам

письменного уведомления. Настоящее Соглашение прекращает свое действие по истечении шести месяцев с даты получения соответствующего уведомления.

Совершено в *Москве* "29" мая 2000 года в двух экземплярах, каждый на португальском и русском языках, причем оба текста имеют одинаковую силу.



**ЗА ПРАВИТЕЛЬСТВО
ПОРТУГАЛЬСКОЙ РЕСПУБЛИКИ**



**ЗА ПРАВИТЕЛЬСТВО
РОССИЙСКОЙ ФЕДЕРАЦИИ**